

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0808824-56.2023.8.10.0000 Sessão virtual de 08 a
15 de maio de 2023 Paciente: PATRICK ANTHONY CADETE CANTANHEDE Impetrante:
ANA FRANCIELE DE OLIVEIRA SILVA (DEFENSORA PÚBLICA) Impetrado: JUIZ DE
DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CURURUPU Relator: DESEMBARGADOR
GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO
NA MODALIDADE TENTADA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CUSTÓDIA PREVENTIVA.
RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.
FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. SEM RELEVÂNCIA.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. I. Em
vista da natureza excepcional da custódia cautelar, somente se verifica a
possibilidade de sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e
com base em dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no
art. 312 do Código de Processo Penal. II. No caso em exame, a prisão
preventiva do paciente foi adequadamente decretada e mantida como forma de
salvaguardar a ordem pública e garantir a efetiva aplicação da lei penal
(art. 312, CPP). Destacou-se, na origem, a gravidade concreta da conduta
imputada e a periculosidade do agente, demonstradas, inclusive, pelo modus
operandi empregado na ação delituosa, o qual evidenciou completo desprezo
pela vida da vítima. III. Ressaltou-se, ainda, os fortes indícios de que
os denunciados integram facção criminosa autodenominada Comando Vermelho e
participaram da infração penal em apuração, circunstâncias que denotam a
primordialidade da medida extrema. IV. Ademais, não se pode olvidar que
pesa em desfavor do acusado 02 (duas) condenações definitivas pelos crimes
de lesão corporal de natureza grave e furto qualificado, o que, conforme
precedentes do STJ, constitui fundamentação idônea a justificar a
segregação cautelar. V. O mero relato de predicados favoráveis – o que
sequer se confirmou dado o conteúdo positivo da certidão de antecedentes
criminais – não possui o condão de desconstituir o ergástulo, tampouco
autorizar a aplicação de medidas cautelares alternativas, na hipótese em
que presentes os pressupostos autorizadores do encarceramento, como na
espécie. VI. Ordem conhecida e denegada. São Luís/MA, data do sistema.
GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (HCCrim
0808824-56.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 16/05/2023)